

# SNESup

Sindicato Nacional do Ensino Superior

## PROGRAMA DA DIRECÇÃO

1999-2001

Ao longo dos seus nove anos de existência, o Sindicato Nacional do Ensino Superior afirmou-se junto dos docentes e investigadores do ensino superior, como uma força viva do sector, cuja contribuição para a valorização das carreiras docentes e de investigação, se tornou imprescindível. Não será de mais lembrar que, as propostas consubstanciadas no Caderno Reivindicativo do SNESup (*Um Contrato para o Futuro*), apresentadas aos órgãos de soberania em 1995, lançaram as bases teóricas do movimento reivindicativo, o qual, contando com a participação de outras organizações sindicais (FENPROF e SINDEP) na recém constituída Plataforma Reivindicativa Comum (PRC), culminou nas greves de Junho e Julho desse ano. As propostas do SNESup deram os seus frutos no ano seguinte, com a celebração do acordo de revalorização salarial, o qual, para além de visar a correcção de distorções dos estatutos remuneratórios das carreiras, foi entendido como um primeiro passo para recolocar a carreira docente universitária no topo das carreiras tuteladas pelo Estado.

O crescimento e reconhecimento institucional do SNESup, reflectiu-se também na consolidação do seu património e estrutura administrativa, que se traduziu no ano transacto, na aquisição de sede própria, propiciando à Direcção melhores condições de trabalho e de serviços de apoio aos sócios.

As próximas eleições para os corpos dirigentes do SNESup, decorrerão num quadro social de relativa acalmia do sector do ensino superior, resultado do cumprimento do acordo da 1ª fase de revalorização salarial das carreiras, e do recuo do ME relativamente às suas propostas de revisão dos estatutos das carreiras docentes, rejeitadas pelos sindicatos da PRC. No entanto, neste virar de século, novos desafios se avizinham para o ensino superior, que deixam antever o pulsar de um novo fôlego reivindicativo da classe, que o SNESup deverá catalisar e enquadrar, através da elaboração e discussão de propostas sobre todas as matérias relevantes para as carreiras dos docentes e investigadores, e de um reforço organizativo e alargamento da sua base de apoio. Nesse sentido, a **revalorização das carreiras para o ano 2000**, a **discussão dos novos estatutos das carreiras docentes**, e o **direito à progressão na carreira**, constituirão três eixos fundamentais da acção reivindicativa que a próxima Direcção deverá assumir, em consonância com os princípios definidos no documento *Um Contrato para o Futuro*. As negociações com a tutela continuarão a ser

feitas no âmbito da PRC, em conjunto com a FENPROF e o SINDEP, enquanto for possível continuar a manter consensos e sem que os princípios defendidos pelo SNESup sejam desvirtuados.

Para levar a bom termo estes objectivos, a próxima Direcção deverá tomar uma série de iniciativas conducentes ao crescimento do SNESup em todos os sectores do ensino superior público e privado, nomeadamente, através de campanhas de sindicalização, e intervenção pública sobre temas de interesse geral do ensino superior, para além daqueles directamente relacionados com a revalorização das carreiras. A regulamentação e aplicação da Lei do Financiamento do Ensino Superior, a avaliação pedagógica dos docentes, os regimes de prestação de serviço (exclusividade e tempo integral), os cursos e respectivas saídas profissionais são, entre outros, assuntos de que o SNESup não se pode alhear.

No plano da organização sindical, a próxima Direcção deverá assegurar uma interface actuante com todos os associados, e em particular, com os conselheiros nacionais. Para tal, é necessário melhorar os canais da informação sindical e otimizar recursos, como por exemplo, a Internet, correio e fórum de discussão electrónicos.

De entre os serviços de apoio a sócios, será mantido o seguro de saúde, e alargado e melhorado o serviço de apoio jurídico. Será definido um plano de organização e desenvolvimento para um Centro de Documentação, a funcionar na sede do SNESup, que constituirá uma importante fonte de informação sobre todas as matérias relacionadas com o ensino superior.

## **I. A revalorização remuneratória das carreiras para o início do século XXI**

Nos últimos 10 anos, a estratégia reivindicativa para a revalorização remuneratória das carreiras registou algumas alterações:

- Em 1989, após a perda da equiparação no topo da carreira docente universitária com a carreira da magistratura, e a entrada em vigor do Novo Sistema Retributivo (NSR) da Função Pública, o movimento reivindicativo foi dirigido contra a desvalorização resultante da integração das carreiras no NSR, mantendo a exigência da reposição da equiparação remuneratória com a magistratura;
- Em 1994, no seu Caderno Reivindicativo, o SNESup definiu as bases para a revalorização remuneratória das carreiras, no sentido da “devolução às carreiras docentes e de investigação da posição relativa que esta ocuparam entre as carreira tuteladas pelo Estado”. Foram apresentadas propostas de grelhas salariais para o universitário e para o politécnico, baseadas segundo três critérios fundamentais: responsabilidade funcional, graus e provas académicas e

tempo de serviço. Desaparece a exigência da equiparação Professor Catedrático/Juiz Conselheiro, indiciando que esta reivindicação foi uma batalha perdida de modo irreversível;

– Em 1995, a PRC apresentou ao Governo uma proposta para a 1ª fase de revalorização salarial das carreiras, baseada nos princípios enunciados no *Um Contrato para o Futuro*, em que se exige um aumento de 20 % do índice 100. Esta proposta é entendida como um primeiro passo para recolocar a carreira docente universitária no topo das carreiras da administração pública;

– Em 1996, o novo Governo aceita a revalorização de 20 % no índice 100 das carreiras, escalonada ao longo dos quatro anos da legislatura. O texto do acordo firmado com o Ministério da Educação, refere que “a remuneração de base das carreiras do ensino superior em tempo integral não será nunca inferior, até finais de 1999, à base da carreira do ensino básico e secundário com licenciatura”, o que corresponde à “comparação entre o nível remuneratório da categoria de assistente estagiário em regime de tempo integral, e o índice 120 da carreira do ensino básico e secundário”. No âmbito deste acordo, foi ainda criado o 4º escalão para professor catedrático, professor adjunto, e professor auxiliar dos quadros transitórios do ensino superior politécnico, e a revalorização dos índices salariais dos professores auxiliares.

– No Programa da Direcção do SNESup de 1996, refere-se novamente que “a equiparação à carreira da magistratura estará sempre no nosso horizonte”.

Tendo em vista a continuação da revalorização remuneratória das carreiras, deve ser tarefa prioritária da Direcção:

- **definir a estratégia reivindicativa de revalorização salarial das carreiras para o início do século XXI, e apresentar aos parceiros da PRC uma proposta de grelha salarial devidamente fundamentada.**

Por outro lado, existem ainda outras matérias do âmbito remuneratório que urgem ser corrigidas, e que dizem respeito:

- à escala indiciária dos assistentes;
- aos suplementos remuneratórios relativos ao exercício dos cargos de gestão;
- a distorções resultantes da aplicação do regime de transição do Novo Sistema Retributivo da Função Pública, que afectaram em particular os professores associados que transitaram da categoria de professor auxiliar;
- a dúvidas sobre a transição na escala indiciária dos docentes que obtêm o título de agregado.

No primeiro caso, estava previsto no texto do acordo firmado com o ME, que a situação remuneratória dos assistentes universitários seria corrigida no contexto da revisão dos estatutos de carreira, o que não veio a acontecer. No segundo caso, verificamos que o exercício de cargos de gestão nas instituições de ensino superior não está devidamente valorizado em termos remuneratórios, sendo-lhes atribuídos suplementos salariais que, em 1998, se situavam entre os 42.2 e 69.3 contos mensais (refira-se que esta situação foi recentemente alterada para o ensino básico e secundário).

Em consequência, deve ser reivindicado para 1999:

- **a revalorização dos índices remuneratórios da categoria de assistente;**
- **o aumento dos suplementos remuneratórios relativos ao exercício dos cargos de gestão nas instituições de ensino superior;**
- **a aprovação de uma medida legislativa que permita a correcção das injustiças criadas desde Outubro de 1989, devido ao regime de transição para o NSR;**
- **a clarificação legislativa dos efeitos da obtenção do título de agregado na transição da escala indiciária.**

## **II. Revisão dos estatutos das carreiras**

O protelamento da revisão dos estatutos de carreiras, da responsabilidade do ME, exige a reivindicação da tomada de medidas imediatas, no sentido de desbloquear os actuais entraves administrativos à progressão na carreira, sendo que, o tímido alargamento faseado de quadros que está em curso, não resolve os estrangulamentos que existem, particularmente no acesso às categorias de professor associado e professor adjunto.

Assim, no sentido de garantir o direito à progressão na carreira a todos aqueles que reúnam os requisitos científicos e pedagógicos para tal, o SNESup deve reivindicar junto do ME:

- **a abertura de concursos de mérito absoluto para acesso às categorias de professor associado, professor catedrático, professor adjunto e professor coordenador, aos quais se poderão candidatar todos aqueles que reunam as condições previstas nos actuais estatutos de carreiras.**

Estes concursos seriam abertos no âmbito de um quadro legal de disposições transitórias, a vigorar até à publicação dos novos estatutos de carreira, independentemente do número actual de vagas de lugares de quadro.

Se bem que os estatutos de carreira devam ser objecto de uma discussão e revisão globais, existem outras medidas, para além da abertura de concursos, que podem ser reivindicadas no sentido da correcção de situações gritantes de injustiça, e até de ilegalidade:

- **revogação do Despacho nº13/81, que altera o disposto no ECDU relativamente à carga docente, fixando o máximo de horas semanais em 12, e de outros Despachos que contrariam o ECDU;**
- **consagração no Politécnico, de cargas lectivas máximas iguais às existentes para o universitário;**
- **atribuição aos docentes do Politécnico, do direito a 3 anos de dispensa de serviço docente para preparação do doutoramento, à semelhança do que acontece no Universitário;**
- **eliminação de uma norma do Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior Politécnico, que permite a denúncia unilateral de contratos, no decurso da sua vigência, por deliberação do C. Científico;**
- **eliminação do voto secreto na prova de agregação e nos concursos de provas públicas para professor adjunto e para professor coordenador, consagrando-se o voto nominal justificado já em vigor nas restantes provas e concursos.**

Relacionado ainda com os estatutos de carreira, existem matérias que, estando na ordem do dia, necessitam ser debatidas, tanto a nível interno como em público. É o caso dos regimes de prestação de serviço - regime de exclusividade e regime de tempo integral - e as respectivas incompatibilidades, nomeadamente, a questão das acumulações. O SNESup sempre defendeu o regime de exclusividade como o regime de referência da carreira docente, mas não hesitou em tomar posição pública contra algumas resoluções do CRUP e órgãos de gestão universitária, que pretendiam regulamentar com medidas avulso a situação dos docentes com acumulações de serviço docente nas instituições do ensino superior particular e cooperativo. Cientes que se trata de um assunto de difícil consenso, não devemos no entanto alhear-nos da sua discussão. Assim, a Direcção propõe-se a:

- **organizar um debate interno sobre a regulamentação dos regime de exclusividade e de tempo integral, no âmbito da próxima revisão dos estatutos de carreiras;**
- **promover sessões públicas de debate, com convidados de opinião diversa sobre esta matéria.**

O SNESup deverá também **exigir a sua participação, em moldes a debater, no anunciado processo de avaliação do desempenho dos docentes** que, como é sabido, constitui um dos indicadores de qualidade a ter em conta no financiamento das instituições, e que terá seguramente implicações a nível das carreiras.

**O SNESup colocará, de preferência em sede de negociação de estatutos de carreira, a possibilidade de constituição, a nível nacional, de universidade/instituto superior politécnico e de escola, de comissões paritárias administração-sindicatos, de índole técnico-jurídica, que se pronunciem sobre a interpretação e aplicação a situações concretas dos estatutos de carreira e outra legislação que afecte o pessoal docente e investigador.** Os docentes e investigadores devem conhecer os seus deveres e direitos, mas não podem viver na permanente incerteza quanto ao exacto alcance dado a determinadas normas pelas autoridades académicas ou sujeitar-se a interpretações avulsas formuladas em algumas escolas.

Relativamente ao Estatuto da Carreira de Investigação Científica, não se prevêem alterações, dado que este foi objecto de revisão no final do ano passado. É de realçar que, por proposta apresentada pelo SNESup à mesa negocial do Ministro da Ciência e Tecnologia, foram introduzidas pela primeira vez provas documentais de mérito absoluto para a progressão na carreira (neste caso, na passagem de assistente a investigador auxiliar), que a PRC tem vindo a defender em sede de revisão de estatutos da carreira docente universitária, como alternativa ao actual sistema. Poderemos contudo, equacionar a apresentação de propostas de alteração sobre aspectos pontuais dos estatutos.

### **III. Reforçar a sindicalização**

Apesar do crescimento gradual do SNESup, desde a sua constituição em 1990, registam-se algumas assimetrias quanto à sua implantação que urge corrigir, nomeadamente, as verificadas entre os diferentes sectores do ensino superior, em que predomina o Universitário (66 %), e a nível regional, com mais de 50 % dos associados concentrados nas escolas da região de Lisboa. Por outro lado, estamos cientes que, na ausência de condições objectivas para a germinação do movimento reivindicativo da classe, e sem a tomada de iniciativas dirigidas à sindicalização, o SNESup dificilmente atingirá o crescimento ambicionado.

No sentido de reforçar a sindicalização no SNESup a nível nacional, e em todos os sectores do ensino superior deverão ser programadas as seguintes iniciativas:

- **campanha de sindicalização junto dos docentes e investigadores do ensino superior público, na qual, para além da divulgação do Programa da Direcção, serão**

capitalizados os resultados do acordo relativo à 1ª fase da revalorização salarial das carreiras que termina este ano. Serão também divulgadas junto de todos os docentes, outras reivindicações para o ano em curso, assim como as linhas orientadoras da revalorização das carreiras para o ano 2000 ;

- **campanha de sindicalização junto dos docentes do Ensino Superior Particular e Cooperativo, tentando aproveitar o potencial do “mercado” de jovens licenciados, mestres e doutores, que leccionam neste sector, cada vez em maior número;**
- **organização de reuniões de escola, inclusive em colaboração com outros parceiros sindicais, para discussão de estatutos de carreira;**
- **realização de eleições especiais nas secções em que não se apresentaram candidaturas nas próximas eleições, assim como nas escolas onde, por via de novas sindicalizações, se criem secções sindicais significativas.**

Para conseguir estes objectivos, é necessário assegurar um bom funcionamento da interface de comunicação entre a Direcção e os Conselheiros Nacionais.

Com vista às campanhas de sindicalização e publicitação das iniciativas e reivindicações do SNESup, serão organizadas bases de dados (*e-mail* inclusive) de todos os docentes e investigadores do ensino superior público e privado.

A fim de promover o debate público sobre temas específicos do ensino superior, será considerada a criação de um fórum de discussão electrónico.

#### **IV. Ensino Superior Particular e Cooperativo**

O ensino superior particular e cooperativo, deve merecer da nossa parte uma intervenção a vários níveis, visando:

- **a dignificação do ensino e das condições de trabalho dos docentes que nele exercem funções;**
- **a garantia dos direitos sindicais dos docentes e dos representantes sindicais eleitos, denunciando situações como as que se verificaram na Universidade Autónoma de Lisboa, Instituto Superior de Gestão e Instituto Superior de Línguas e Administração;**
- **o reforço da sindicalização, privilegiando as instituições mais credíveis e em que se venha verificando um esforço de criação de um corpo docente próprio, com contratação de mestres e doutores.**

Consideramos fundamental promover debates sobre questões concretas deste sector e procurar as vias mais adequadas para pressionar as entidades patronais ao reconhecimento de vínculos e à instituição de carreiras adequadas. A regulamentação por via legislativa, a celebração de um Contrato Colectivo de Trabalho, e a negociação de estatutos internos do pessoal docente, serão as vias que exploraremos para conseguir este resultado. Merece aqui uma referência, o caso da Escola Superior de Saúde de Alcoitão, cujos docentes se organizaram no SNESup como forma de alcançar a negociação da sua carreira, tendo conseguido, graças ao seu empenho e à boa ligação com os órgãos nacionais do sindicato, resultados muito satisfatórios.

Denunciaremos todas as situações de falta de qualidade de ensino ou de condições de trabalho, bem como de limitação ao exercício de direitos sindicais que cheguem ao nosso conhecimento.

Pronunciar-nos-emos contra a concessão de apoio financeiro à reestruturação destas empresas irresponsavelmente autorizadas por sucessivos governos, sobretudo se tiverem por objecto instituições que não reconheçam aos seus docentes direitos profissionais ou sindicais.

## **V. Escolas Superiores do Ensino de Enfermagem**

Relativamente às reivindicações para este sector do ensino superior, **exigimos a publicação imediata dos Estatutos das Escolas Superiores de Enfermagem**, retidos há mais de dois anos, para pôr fim ao regime de excepção que vigora nestas instituições, possibilitando a participação conjunta de professores, estudantes e trabalhadores não docentes num processo de gestão democrática.

## **VI. Imprensa Sindical**

A imprensa sindical do SNESup tem-se ressentido de algumas limitações, com reflexos negativos a nível da visibilidade pública das posições do sindicato através dos *media*, e na informação disponibilizada aos seus associados. Para alterar esta situação, a Direcção deverá tomar uma série de medidas no sentido de reforçar o sector da Informação, nomeadamente:

- **estimular a participação dos associados na publicação de artigos de opinião no boletim SNESup Informação, o qual deverá manter uma periodicidade regular;**
- **investir na *home-page* da Internet, com um esforço de actualização diária se necessário, e publicitação na imprensa;**



- **organizar bases de dados electrónicas de docentes, tornando o *e-mail* um veículo privilegiado de informação;**
- **envio regular de comunicados de imprensa a dar conhecimento das posições e (ou) decisões do SNESup relativas a matérias do ensino superior;**
- **assegurar aos Conselheiros Nacionais e membros suplentes da Direcção, informação atempada sobre todas as tomadas de posição pública do SNESup, e outros assuntos de interesse para os docentes e investigadores do ensino superior.**

## **VII. Serviços de Apoio aos Sócios**

O Seguro de Saúde e o Apoio Jurídico, constituem dois dos serviços de apoio aos sócios que, estamos em crer, estão na base de numerosas sindicalizações. Relativamente a este último, o SNESup dispõe actualmente de dois advogados em Lisboa, mantendo consultas jurídicas semanais na sua sede, tendo também disponibilizado um *e-mail* para este efeito, no sentido de uma maior rapidez de comunicação com os sócios e no envio de pareceres. Foi também aberta recentemente uma Secção de Legislação na nossa página na Internet, e admite-se a elaboração de guiões e colectâneas anotadas de legislação. Será procurada a colaboração de advogados para acompanhamento de processos no Centro e Norte do país.

O Centro de Documentação, gerido em conjunto com a Associação Portuguesa do Ensino Superior (APES), e que ocupa uma sala da sede do SNESup, deve constituir uma importante fonte de documentação sobre todas as matérias relacionadas com o ensino superior.

A Direcção deverá definir um plano de organização e desenvolvimento para o Centro de Documentação, em colaboração com a APES, que passará necessariamente pela informatização da documentação. Deverá ser encarada, de acordo com as nossas disponibilidades em meios humanos e materiais, a hipótese de contratação de um profissional da área de documentação, para levar a cabo esta tarefa.

## **VIII. Relacionamento com outras organizações sindicais**

Mantendo o princípio da não-filiação em organizações sindicais nacionais, o SNESup deverá dar expressão ao comando estatutário de procura de relacionamento bilateral com outras organizações e estabelecimento de formas de cooperação.

Para além do que já foi dito quanto à eventual continuidade da PRC, apontamos, fora do quadro específico da acção sindical do ensino superior, para os seguintes domínios de colaboração:

- **eleição de representantes sindicais em órgãos consultivos;**
- **formulação de reivindicações comuns a toda a função pública, designadamente em matéria de regime de aposentação;**
- **participação na elaboração de legislação do trabalho e troca de experiência entre serviços de apoio jurídico.**

No plano da cooperação sindical internacional, consideramos que o SNESup deverá desenvolver um esforço mais profundo e sustentado de relacionamento com outras organizações sindicais e, eventualmente, repensar o impedimento estatutário à filiação, que só fará sentido manter no plano nacional.

## **IX. Organização do 2º Congresso do SNESup**

A Direcção deverá organizar o 2º Congresso do SNESup, com vista a:

- **debater a revisão dos Estatutos do sindicato, no sentido de uma maior funcionalidade dos seus órgãos;**
- **debater o relacionamento com outras organizações sindicais, e, eventualmente rever o impedimento à filiação em organizações sindicais internacionais;**
- **debater a situação do ensino superior e de investigação científica;**
- **formular orientações sobre a acção reivindicativa e formas de actuação.**